

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 37/2025
AUTOR: Deputado **EDUARDO MANTOAN**
ASSUNTO: Altera a Lei nº 3.597 de 18 de dezembro de 2019, e dá outras providências.
RELATOR: Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Vem a esta Comissão para exame, de autoria do Deputado EDUARDO MANTOAN, o Projeto de Lei nº 37/2025, que "Altera a Lei nº 3.597 de 18 de dezembro de 2019, e dá outras providências".

Aduz o autor que a lei nº 3.597, de 18 de dezembro de 2019, institui a Semana Estadual de Conscientização, Prevenção e Combate ao HIV/AIDS e Sífilis, a qual será realizada, anualmente, na primeira semana do mês de dezembro, coincidindo, inclusive, com a campanha nacional de prevenção ao HIV/AIDS e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST), denominada como dezembro vermelho, instituída pela Lei Federal nº 13.504, de 7 de novembro de 2017.

Complementa que o termo IST passou a ser adotado em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas.

Justifica que a alteração na redação da Lei para o termo geral convencionado pela Organização Mundial de Saúde (IST), dá ênfase, outrossim, nas demais infecções sexualmente transmissíveis a serem abordadas na Semana Estadual de conscientização, prevenção e combate de HIV/AIDS e Sífilis, como ocorre na Lei Federal nº 13.504, de 7 de novembro de 2017.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a quem compete à análise do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



Do ponto inicial, observa-se que compete à União e aos Estados-membros legislar concorrentemente sobre a defesa da saúde, nos termos do art. 24, VII, da Constituição Federal.

A propositura é de natureza legislativa e, quanto ao poder de iniciativa, o Projeto de Lei não se encontra entre aqueles de iniciativa privativa, indicados no art. 27, § 1º da Constituição do Estado, facultando a qualquer deputado apresentar projetos de leis.

Assim, a proposição em epígrafe é válida, não encontrando nenhum óbice ao trâmite da matéria, no entanto, com o objetivo de adequação do texto a legalidade e técnica legislativa, proponho Substitutivo modificar o texto e suprimir o art. 3-A.

Ante o exposto, e reconhecendo a relevância social da presente proposição e por atender os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimental, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei nº 37/2025**, em conformidade com Substitutivo em anexo ao presente Parecer.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2025.


Deputado VALDEMAR JÚNIOR

Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 37/2025

Altera a Lei nº 3.597 de 18 de dezembro de 2019, que “Institui a Semana Estadual de Conscientização, Prevenção e Combate ao HIV/AIDS e Sífilis e dá outras providências”.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS DECRETA:

Art. 1º A ementa da Lei nº 3.597, de 18 de dezembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Institui a Semana Estadual de Conscientização, Prevenção e Combate do HIV/AIDS e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), e dá outras providências.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 3.597, de 18 de dezembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Conscientização, Prevenção e Combate do HIV/AIDS e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), a ser realizada, anualmente, na primeira semana do mês de dezembro.

.....

Art. 3º A Semana Estadual de Conscientização, Prevenção e Combate ao HIV/AIDS e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) tem os seguintes objetivos:

I - promover campanhas, seminários e palestras acerca da conscientização, prevenção, formas de contágio, sintomas, cuidados e tratamentos do IST/HIV/AIDS, com profissionais da área de saúde e educação para amplo debate com os alunos;



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



II – divulgação à informação por meio da imprensa, inclusive por meios digitais;

III - orientação aos alunos, funcionários e demais pessoas que convivem com indivíduos que sejam portadores do IST/HIV/AIDS, tanto no ambiente escolar como familiar;

IV - ampliar o acesso à informação da vacina do HPV (Papilomavírus Humano) aos adolescentes e jovens;

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 2024.


Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**

Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) Valdeemar Junior, referente ao(a) PL nº 37 / 2025

OBS: _____

Encaminhe-se(a)(ao) Comissão Finanças Tributárias
Finanças, Controle

Sala das Comissões, 22 de maio de 2025


Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

MEMBROS EFETIVOS

MEMBROS SUPLENTE

Dep. VALDEMAR JÚNIOR(x)	Dep. JORGE FREDERICO(x)
Dep. LEO BARBOSA()	Dep. OLYNTHO NETO()
Dep. CLAUDIA LELIS(x)	Dep. PROF. JÚNIOR GEO()
Dep. GUTIERRES TORQUATO()	Dep. GIPÃO()
Dep. MOISEMAR MARINHO(x)	Dep. MARCUS MARCELO()